

ANÁLISE DO CENÁRIO BRASILEIRO: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMULAÇÃO DE ESTRATÉGIAS ORGANIZACIONAIS

Carlos Alberto Cioce Sampaio*

Mário Antonio dos Santos*

Resumo: Diante de um conjunto de dados/informações sobre a dinâmica sócio-econômica da sociedade brasileira, compreendendo sobretudo o período entre os anos 1970 e 2001, extraídos do Censo Brasileiro de 2000 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), teve-se como o objetivo analisar o cenário atual brasileiro comparativamente. A interpretação do cenário societário brasileiro deve ser um pressuposto para se iniciar um plano de negócio que tem como objetivo final o surgimento de novas organizações. Este cenário deve também ser um elemento constitutivo de análise do ambiente externo organizacional, etapa esta inserida na maioria das metodologias de planejamento e gestão organizacional tem como finalidade a construção de estratégias.

Palavras-chave: Desenvolvimento organizacional, estratégia, gestão de negócios, planejamento estratégico

1 INTRODUÇÃO

A análise de cenários de uma sociedade deve ser um pressuposto das metodologias de formulação de estratégias utilizadas pelas organizações que se relacionam, de algum modo, com essa sociedade. A partir da verificação da realidade societária, surgem cenários que apontam padrões de comportamento estabelecidos, que devem subsidiar pelo menos estratégias genéricas (DRUCKER, 2001), ou, senão, padrões de comportamento ora emergentes ora decadentes, que possam sugerir estratégias artesanais (MINTZBERG, 1987).

De uma maneira geral, todos os cenários societários são importantes de serem estudados, entretanto, por opção, serão analisados três que irão compor uma trilogia de artigos que tratam da (1) atualidade brasileira comparada com períodos passados; (2) atualidade mundial comparada com a atualidade brasileira; e (3) atualidade catarinense comparada com a atualidade brasileira.

Sendo este paper o primeiro da série dos três artigos, tem-se como objetivo atrair a atenção do leitor para a necessidade de convivermos de forma mais adequada com os dados que são produzidos e disponibilizados, fomentando

A partir da verificação da realidade societária, surgem cenários que apontam padrões de comportamento estabelecidos, que devem subsidiar pelo menos estratégias genéricas (DRUCKER, 2001), ou, senão, padrões de comportamento ora emergentes ora decadentes, que possam sugerir estratégias artesanais (MINTZBERG, 1987)

uma cultura que permita melhorar a qualidade da interpretação das informações. A observação do cenário brasileiro é uma variável fundamental do ambiente externo organizacional, descrevendo a realidade societária e, assim, podendo servir de parâmetro para uma análise prospectiva

Para explorar o cenário brasileiro utilizou-se dados/informações¹ representados por tabelas com informações demográficas (população, registro civil, sexo, idade e domicílio), de saúde pública (expectativa de vida, natalidade, mortalidade e fecundidade), de infraestrutura (água, esgoto, lixo, energia, telefonia e bens duráveis), sociais (analfabetismo e anos de estudo) e

econômicas (macroeconômicos, rendimento, ocupação, PIB, atividade e setor econômico) originadas de estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no período compreendido, sobretudo, entre os anos 1970 e 2001.

Os dados, de uma maneira geral, basearam-se no Censo Brasileiro de 2000, que tem como data base o dia primeiro de agosto. O Censo é o resultado de dois grandes questionários: (a) questionário básico que abrange todo o universo populacional, isto é, abrangendo todos os domicílios brasileiros; (b) e o questionário de amostras aplicado em 20%

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração - PPGAd da Universidade Regional de Blumenau - FURB

** Assessor da ASSPLAN/FURB

dos domicílios de municípios com até 15 mil habitantes e 10% dos domicílios de municípios com mais de 15 mil habitantes (BERQUIÓ, 2002).

O artigo não está isento de limitações, sobretudo por suas análises se basearem em dados/informações quantitativos que, nem sempre, traduzem de modo fidedigno a realidade societária e seu dinamismo. Entretanto, a análise quantitativa será complementada por uma análise qualitativa baseada em estudos de outros autores e de experiências empíricas dos pesquisadores do Núcleo de Estudos Complexos em Estratégias Organizacionais sobre a temática do desenvolvimento, sobretudo no enfoque do ecodesenvolvimento.

2 DEMOGRAFIA E SAÚDE PÚBLICA

A população brasileira na última década (1990 à 2000), cresceu menos do que a penúltima década (1980 à 1990), isto é, a taxa de crescimento demográfico caiu de 23% para 16%. Isto vem ocorrendo desde a década de 50 (BERQUIÓ, 2002). Atualmente, o Brasil é o quinto maior país populoso, 170 milhões, estando atrás da China, 1.256 bilhão, Índia, 982 milhões, Estados Unidos, 274 milhões, e a Indonésia, 206 milhões de habitantes. Este dado habilita o Brasil, entre outros, a ser considerado como um mercado econômico

em potencial. A população mundial é de 6.225 bilhões (IBGE, 2002 e Human Development Report, 2001).

Recuperando o dado histórico de que o Brasil possuía uma população de aproximadamente 17 milhões e meio de habitantes em 1900, pode-se afirmar que houve um crescimento populacional de quase 1000% em um século.

O decréscimo da taxa de crescimento da população pode ter muitas causas, além do surgimento da pílula anti-concepcional na década de 70 (OLIVEIRA, 2000). Entre as causas podem estar a diminuição do número de casamentos verificada na ordem de 10%, entre 1998 e 1995, e o aumento do número de separações judiciais, apontada na ordem de 3% no mesmo período (IBGE, 2000).

A tendência de queda do número populacional é também demonstrada pelos decréscimos das taxa de natalidade por mil habitantes, de 24% para 20%, e de fecundidade total, de 3% para 2%, entre 1995 e 1998. Conseqüentemente, o tamanho médio dos arranjos domiciliares está diminuindo: 5,1 pessoas na década de 60, 4,8 em 80 e 3,7 em 2000. Embora haja fatores demográficos que poderiam fazer com que a população crescesse no mesmo período como, por exemplo, o aumento da esperança de vida ao nascer de 66 para 69 anos e a diminuição da mortalidade infantil por mil nascidos vivos, de 48% para 33%, o crescimento não se verificou.

Tabela 1 - Demografia

Demografia	Ano	
	1995	2001
Esperança Vida (em anos)	66	69
Natalidade	23%	20%
Mortalidade	7%	7%
Mortalidade Infantil	48%	33%
Fecundidade	3%	2%

É importante destacar que o aumento da longevidade, que, aliás vem ocorrendo desde a década de 30, não implica necessariamente no envelhecimento populacional. Considerando que a diminuição da taxa de mortalidade infantil resultará no aumento do número de crianças que viverão mais, é possível inferir que também aumentará o número de velhos (MAGNO, 2002).

O grupo de crianças e pré-adolescentes, Idade entre 0 à 14 anos, vem diminuindo de tamanho no mesmo período, de 38% para 30%. Ao mesmo tempo, os grupos de Idade de 15 à 64 anos e mais de 65 anos vem crescendo, respectivamente de 58% para 65% e de 4% para 6%. Uma curiosidade é que, atualmente, se tem aproximadamente 25.000 pessoas com Idade acima de 100 anos.

Tabela 2 - Grupos de Idade

Grupos de Idade	Décadas		
	1980	1990	2000
0 à 14 anos	38%	35%	30%
15 à 64 anos	58%	60%	65%
Mais de 65	4%	5%	6%

Fonte: IBGE, Censo, 1980, 1990 e 2000.

Existe uma tendência de aumento da população com mais de 65 anos e isto precisa ser observado pelos gestores de políticas públicas, em função dos impactos nas áreas de, entre outras, saúde, emprego, lazer, previdência social.

O número da população masculina continua caindo em relação à feminina. Esta tendência vem ocorrendo desde a década de 60. A população atual está dividida entre, aproximadamente, 49% de homens e 51% de mulheres. Entretanto, o número de homens é superior ao de mulheres nos

Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste (IBGE, 2002).

No grupo entre 0 à 14 anos temos -3% de mulheres em relação ao de homens. Nos demais grupos, de 15 à 64 anos e mais de 65 anos, temos, respectivamente, 4% e 27% a mais de mulheres em relação aos homens. O excedente de mulheres começa a surgir a partir dos 20 anos de idade. Estes números parecem indicar a ligação da mortalidade masculina com os altos índices de violência.

Tabela 3 - Grupos de idade

Grupos de Idade (x000)	Homens	Mulheres	% Mulheres/Homens
0 à 14 anos	25.507	24.759	-3%
15 à 64 anos	53.689	55.909	4%
Mais de 65	4.380	5.555	27%

A população brasileira vive predominante em domicílios urbanos, com tendência crescente de concentração urbana. Há um estudo que contesta a metodologia empregada pelo IBGE1, sobretudo quando considera municípios predominantemente agrícolas, com pequena população, como se fossem localidades urbanas2. Utilizando uma outra metodologia, baseada na densidade demográfica, chega-se a um percentual de 57% de urbanização, e não de 81% apresentado pelo IBGE (VEIGA, 2002).

Uma grande parcela da população, aproximadamente

90%, moram em casas e uma pequena, aproximadamente 10%, em apartamentos, sendo que 74% da população possuem imóveis próprios. Registrou-se uma pequena tendência de crescimento tanto de número de apartamentos quanto de número de imóveis próprios, entre os anos de 1996 e 1999 (IBGE, 1999b).

O Brasil possui 5.561 municípios3, sendo que a Região Nordeste é a que concentra o maior número, 1.792, seguida das regiões Sudeste com 1.668, Sul com 1.189, Centro-Oeste com 463 e Norte com 449 (IBGE, 2001).

Tabela 4 - Situação do domicílio

Situação do Domicílio	Décadas		
	1980	1990	2000
Urbana	68%	76%	81%
Rural	32%	24%	19%

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1999

Apesar da inadequação do critério raça quando utilizado para classificar a espécie humana, popularmente, entre branca, preta e amarela, o Censo 2000 sinaliza o rompimento de uma tendência, verificada em censos anteriores, na qual mais pessoas se auto-declaram pardas, ao invés de se declararem pretas. Segundo Toynbee (1987), raça não é um critério científico, mas, sobretudo, um critério societário. Atualmente, no mundo do business, pode-se afirmar que é emergente o nicho de mercado chamado black. Este fenômeno societário se verifica diariamente nas propagandas/publicidades veiculadas na mídia impressa e televisiva e parece indicar que o mercado estaria interessado em atender a demanda das pessoas de cor preta.

3 INFRAESTRUTURA

Todos os critérios apurados de melhoria de infraestrutura foram positivos no período entre 1996 e 1999. Isto implica que algumas condições básicas de sobrevivência estão sendo satisfeitas, repercutindo na melhoria da qualidade de vida da maioria da população. Este fato se verifica nas melhorias dos sistemas de abastecimento de água, rede de esgoto e coleta de lixo que influem, significativamente, na redução da mortalidade infantil.

Acompanhando essa tendência de melhoria da infraestrutura, apontam-se também os aumentos quantitativos de alguns bens duráveis neste mesmo período. Há exceções, entretanto, com justificativas. A diminuição do nú-

mero de filtros d'água pode ser atribuída pelo aumento da rede de abastecimento de água e de sua melhoria na qualidade. Esta hipótese se confirma, sobretudo, pelo decréscimo

do índice de mortalidade infantil. É notável a diminuição do número de rádio, provocada provavelmente pela inserção cada vez maior da televisão e da telemática (IBGE, 1999b).

Tabela 5 - Infraestrutura

Infraestrutura	Ano	
	1996	1999
Rede Água	78%	80%
Rede Esgoto	38%	65%
Coleta de Lixo	66%	80%
Iluminação Elétrica	93%	95%
Telefonia	25%	38%

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1999

4 SOCIAL

O analfabetismo da população nos grupos com idade de 10 anos ou mais e entre 10 e 14 anos diminuiu, respectivamente, de 14% para 12% e de 8% para 6%, no período de 1996 e 1999 (IBGE, 1999b). Apenas 15% da população com mais de 10 anos de idade estudam de 8 à 10 anos, isto é, presume-se que tenham completado o nível fundamental (do 1º ao 8º ano de estudos) e que estejam completando o nível médio (do 9º ao 11º ano de estudos). Apenas 19% da população estudam mais de 11 anos, ou seja, presume-se que estejam iniciando o nível superior. Nessas duas grandes faixas de anos de estudos, o percentual do número de mulheres é superior ao de homens.

Aproximadamente 80% da população brasileira têm menos de 10 anos de estudo, este fato é bastante grave em tempos de "sociedade do conhecimento". O setor público isoladamente não será capaz de executar políticas para melhorar este aspecto, o setor privado também precisa investir em projetos para a qualificação da população se quiser manter-se apto às concorrências do mercado globalizado (IBGE, 1999b).

O artigo não está isento de limitações, sobretudo por suas análises, se basearem em dados/informações quantitativos que, nem sempre, traduzem de modo fidedigno a realidade societária e seu dinamismo

5 ECONÔMICOS

O Produto Interno Bruto (PIB) está, aproximadamente, em 1 trilhão e 86 bilhões de reais em 2000. Descontada a taxa inflacionária acumulada entre os anos de 1996 e 2000, constata-se que houve um crescimento menor do que 3% (Indicadores de Desenvolvimento Humano, 2001). O pior resultado é o da capacidade de financiamento que, aliás, foi decrescente.

Regionalmente, o Brasil teve uma variação do PIB equilibrada no período que compreende 1997 e 99, ressaltando positivamente a região Centro-Oeste e negativamente a Sudeste. O Sudeste foi influenciado pelo mal desempenho do Estado de São Paulo. Por outro lado, o PIB per capita de São Paulo e do Sudeste, em 1999, correspondem respectivamente a 37% e 60% maior do que a média nacional. O PIB per capita com o pior desempenho é do Estado do Maranhão, representando 24% da média brasileira. Em relação ao PIB per capita, ressalta-se a grande desigualdade regional brasileira e a concentração da riqueza no Estado de São Paulo (IBGE, 1999d).

Tabela 6 - Principais agregados macroeconômico

Principais Agregados Macroeconômicos	Ano		%
	1996	2000	2000/96
PIB (Milhões R\$)	778.887	1.086.700	40%
PIB Percapita (R\$)	4.946	6.387	--
Poupança Bruta (M R\$)	138.426	187.011	
Capacidade Financiamento (M R\$)	-24.510	-49.166	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Departamento de Contas Nacionais, 2000

A desigualdade regional é demonstrada também pela tabela de Rendimento de Trabalho que apresenta 57% da população brasileira com rendimento abaixo de R\$ 400,00 e 2% com rendimento acima de R\$ 2.000,00 e menor de R\$ 4.000,00 (IBGE, 1999b).

Os números indicam que, pelo menos, a desigualdade entre homens e mulheres no grupo de pessoas economicamente ativas está diminuindo. Por outro lado, aumentou o percentual de desempregados (IBGE, 1999b e 2001).

Os números de novos empresários e de pessoas que trabalham por conta própria, entre o período de 1996 e 99, aumentaram respectivamente 18% e 10%, enquanto que o número de empregados teve um incremento de apenas 2%. A desproporcionalidade entre os números de empregadores e empregados pode sugerir que o número de empregados sem carteira de trabalho, deve ser superior ao número de empregados com carteira. Houve um aumento de 8% no número de pessoas ocupadas sem remuneração que pode sugerir uma maior participação de pessoas em organizações sociais (sem fins lucrativo), e

O fato de se estar aumentando rapidamente o número de idosos, acarretará um forte impacto nos setores, entre outros, da previdência social, de atividades de trabalho, de lazer, de educação, de convivência social

de 7% no número de pessoas que se ocupam como trabalhadores domésticos que, aliás, é coerente com o aumento do número de mulheres economicamente ativas que pode ocasionar, indiretamente, a contratação de pessoas em seus domicílios.

A relação do número de pessoas assalariadas pelo número de empresas na atividade econômica da administração pública é de 617 pessoas. Este número é muito superior do que a média de todas as grandes atividades econômicas, que é de 8 pessoas. Uma justificativa provável seria que a rígida burocracia estatal dificulta a contratação informal de pessoas, ao contrário dos demais setores, predominantemente privados, que possuem uma maior flexibilidade na contratação de pessoal.

Esta mesma relação na atividade do comércio é de apenas 2 pessoas por empresa. Embora esta atividade não seja geradora de empregos bem remunerados, é, porém, geradora de empregos menos qualificados que podem ser recrutados na própria localidade.

Tabela 7 - Pessoas ativas por ocupação

Pessoas ativas por ocupação	Anos		%
	1996	1999	
Empregado	36.058	36.806	2%
	5.002	5.335	
	15.126	16.615	
	2.486	2.922	
	6.158	6.677	
	3.092	3.322	

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1999

A relação de pessoas ocupadas na atividade industrial, entre 1999 e 1996, foi de apenas 2%, enquanto que as

demais atividades igualaram ou superaram os 5% (IBGE, 1999b).

Tabela 8 - Atividades econômicas

Atividades Econômicas (1999)	Número Empresas	Pessoal Assalariado	Pessoas Assalariadas / Empresas
Agricultura / Pesca	27.105	380.028	14
	514.986	7.454.397	
	1.928.293	4.648.036	
	1.390.075	9.588.401	
Administração Pública	11.616	7.162.068	
Total	3.872.075	29.232.929	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Divisão de Cadastro e Classificação, Cadastro Central de Empresas, 1999

Entre os setores econômicos que mais empregam assalariados, além da administração pública, estão os da educação, 19 pessoas assalariadas por empresa, da intermediação financeira (bancos) e indústria de transformação, ambos com 15 pessoas, da agricultura-pecuária-silvicultura e saúde/serviços sociais, ambos 14 pessoas, e transporte, armazenagem e comunicação, 13 pessoas. Entre os que menos empregaram, além do setor do comércio, reparação de veículo automotores, objetos pessoais e domésticos com 2 pessoas

apenas, estão o do alojamento e alimentação, 3 pessoas, e de outros serviços coletivos e pessoais, com 4 pessoas assalariadas por empresa (IBGE, 1999c).

No setor comércio confirma-se que as pequenas empresas são as maiores geradoras de empregos, podendo ser consideradas como estratégicas para consolidar o desenvolvimento endógeno. Por outro lado, as médias e grande empresas são as maiores geradoras de receita per capita.

Tabela 9 - Faixa pessoal ocupado no comércio

Faixas Pessoal Ocupado no Comércio (1999)	Número Empresas	Pessoal Ocupado	Receita Milhões R\$	Receita Per capita R\$
Pequenas (0 a 19)	1.014.847	3.284.852	126.121	38.395
Média (20 a 49)	17.076	502.075	51.340	102.256
Grande (50 e mais)	6.586	1.242.412	215.379	173.356
Total	1.038.509	5.029.339	392.840	78.110

Fonte: IBGE, Pesquisa Anual do Comércio, 1999

Embora na atividade agropecuária constata-se que o número de estabelecimentos agropecuários vem decrescendo, entre 1970 e 1996, o tamanho da área utilizada para a atividade vem crescendo, implicando em maior concentração de terras (IBGE, 1996).

A lavoura e a pecuária, entre as atividades da Agropecuária, concentram tanto o maior número de estabelecimentos, respectivamente 1864 e 1350 milhões, quanto a maior uso de área, respectivamente 63 e 213 milhões Ha. As atividades de pecuária e de silvicultura utilizam larga extensão de terra por estabelecimento, respectivamente 158 e 101 em Ha, diferentemente da horticultura/viveiros, 13 em Ha. Nas atividades de pecuária e de pequenos animais concentram-se, principalmente, a criação de aves, com 850 milhões de cabeças, e de bovinos, com 170 milhões (IBGE, 1996).

As maiores produções vegetais (sem ser frutíferas) por tonelada são a cana-de-açúcar, 348 milhões, milho, 41 milhões, e soja, 37 milhões, e por área colhida são a soja, 13 milhões Ha, e o milho, 12 milhões Ha. A melhor relação entre quantidade produzida por tonelada/área colhida é a da cana-de-açúcar, 70. Entre a produção vegetal de frutíferas, a laranja é a maior produtora por tonelada, 18 milhões, e por área colhida, 820 mil Ha.

Constatou-se que as pequenas empresas da atividade do comércio, embora sejam geradoras de empregos menos qualificados, podem propiciar oportunidades para os moradores locais. É o chamado desenvolvimento endógeno

6 CONCLUSÕES

Diante desse conjunto de dados/informações representados pelas tabelas demográficas e de saúde pública, de infraestrutura, sociais e econômicas analisou-se o cenário atual brasileiro comparado com períodos anteriores.

A população brasileira atual é de aproximadamente 170 milhões de habitantes, representando quase 3% da população mundial. A taxa de crescimento populacional está decrescente nas últimas cinco décadas. O ar-

ranjo domiciliar é composto por 3,7 pessoas e a expectativa de vida é de 69 anos. A população esta envelhecendo. Caso a taxa de crescimento de idosos se mantiver, haverá mais idosos do que crianças em 2040, isto é, o mesmo que ocorre na Europa desde 1998 (BERQUIÓ, 2002).

O fato de se estar aumentando rapidamente o número de idosos, acarretará um forte impacto nos setores, entre outros, da previdência social, de atividades de trabalho, de lazer, de educação, de convivência social.

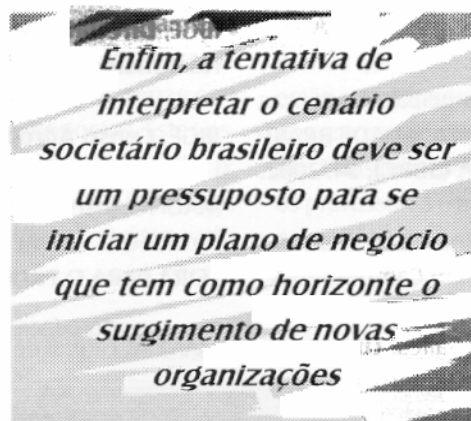
A população feminina vem crescendo continuamente em comparação a de homens. A população continua predominantemente urbana, entretanto com uma taxa de crescimento menor do que a apresentada pelo IBGE. Nove entre dez domicílios brasileiros são casas, sendo que ¼ (três quartos) da população possuem imóvel próprio.

Há um aumento quantitativo de alguns bens duráveis no período de 1996 a 99. Ressalta-se também o expressivo aumento na telefonia, expandindo o sistema de comunicação do país e dinamizando o mundo da telemática. A infraestrutura nacional está melhorando, sobretudo relacionada com o saneamento básico, resultando na redução da mortalidade infantil que, conseqüentemente, melhora a qualidade de vida para toda população brasileira.

O analfabetismo entre a população com idade de 10 anos ou mais e entre 10 e 14 anos, no período de 1996 e 1999, está diminuindo. Quase 2/5 (dois quintos) da população com mais de 10 anos de idade ingressaram na universidade, sendo que a maioria é de mulheres. É importante destacar que com a queda da taxa de natalidade, diminui-se também o número de crianças que precisam de vagas escolares. Conseqüentemente, tem-se que rever a política de educação pública do país (MAGNO, 2002).

O PIB brasileiro teve um incremento menor do que 3%, entre 1996 e 2000, com a agravante de que a capacidade de financiamento diminuiu. O PIB per capita regional continua mal distribuído, concentrando renda nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Resultado disto é a desigualdade entre 3/5 (três quintos) da população que possui rendimento abaixo de 2 salários mínimos (SM) e apenas 2% com rendimento acima de 10 SM e menor do que 20 SM. Um ponto positivo é de que a desigualdade entre homens e mulheres no grupo de pessoas economicamente ativas, ao menos, está diminuindo.

O aumento desproporcional dos números de empregadores e empregados de 1996 a 99, pode indicar que o número de empregados sem carteira de trabalho (o chamado emprego informal) está aumentando se comparado com o número de empregados com carteira. A relação do número de pessoas assalariadas e o número de empresas na atividade econômica da administração pública é 77 vezes maior do que a média das demais atividades econômicas. Constatou-se que as pequenas empresas da atividade do comércio, embora sejam geradoras de empregos menos qualificados, podem propiciar oportunidades para os moradores locais. É o chamado desenvolvimento endógeno. Enquanto que na indústria, o crescimento do número de empregos foi insignificante, provavelmente em decorrência da



automação dos parques fabris. No setor agropecuário concentra-se nas atividades de lavoura e pecuária tanto o maior número de estabelecimentos quanto a maior área utilizada. É fato que a atividade de lavoura é conhecida na utilização de mão-de-obra extensa e a pecuária na mão-de-obra intensa.

Enfim, a tentativa de interpretar o cenário societário brasileiro deve ser um pressuposto para se iniciar um plano de negócio que tem como hori-

zonte o surgimento de novas organizações. Este cenário deve também ser um elemento constitutivo no esforço de análise do ambiente externo organizacional, etapa esta inserida na maioria das metodologias de planejamento e gestão organizacional, que tem como finalidade última o surgimento de estratégias, muitas vezes, formalizadas. E, por último, este cenário é a tentativa de aproximar a realidade societária vivida – como é de fato o mundo onde as organizações estão inseridas – com o mundo do pensamento societário – como as organizações imaginam esse mundo –, de modo que possam surgir ações que solucionam problemas, essencialmente, da vida societária real. Nesta dialética, tratada aqui de maneira reduzida, poder-se-á emergir o pensamento estratégico que aproxima a organização do mundo da vida.

ABSTRACT

Here it is considered the analysis of the data on social and economical dynamics of the Brazilian society in the last years. The period studied was the one between 1970 and 2001. Data were extracted from the 2000's Brazilian census, surveyed by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). The attempt to interpret the Brazilian social setting is important because it must be an assumption for any business plan, necessary, for instance, to start off new organizations. The Brazilian current setting must also be a constitutive element in the analysis of the external environment of organizations, as a necessary step in planning methodologies and organizational management, targeting at formulation of organizational strategies.

Key-words: Organizational development, Strategy, Business management, Strategical planning

REFERÊNCIAS

- BERQUIÓ, Elza S. População Brasileira: principais mudanças e tendências. In: **REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC)**, 54, 2002.
- DRUCKER, Peter. A decisão eficaz. In: **Tomada de decisão / Harvard Business Review**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- IBGE. **Censo Demográfico: IBGE, 2002**
- IBGE. **Pesquisa Mensal de Empregos: IBGE, 2001a.**
- IBGE. **Diretoria de Geociências: IBGE, 2001b.**
- IBGE. **Registro Civil: IBGE, 2000.**
- IBGE. **Pesquisa Anual do Comércio: IBGE, 1999a.**
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: IBGE, 1999b.**
- IBGE. **Diretoria de Pesquisas, Divisão de Cadastro e Classificação Central de Empresas: IBGE, 1999c.**
- IBGE, **Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil: IBGE, 1999d.**
- IBGE. **Censo Agropecuário: IBGE, 1996.**
- MAGNO, José. População Brasileira: principais mudanças e tendências. In: **REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC)**, 54, 2002.
- MANUAL Global de Ecologia. São Paulo: Augustus, 1996.
- MINTZBERG, Henry. **Crafting Strategy. Harvard Business Review**, p.66-75, jul./ago., 1987.
- SACHS, Ignacy. **Cooperação e co-produção público-privado: o papel do terceiro setor.**
- TOYNBEE, Arnold. **Um estudo da história.** São Paulo, 1987
- VEIGA, José Eli. **Cidades Imaginárias.** São Paulo: Editora Autores Associados, 2002.
- United Nations Development Programme (UNDP). **Human development report.** New York: Oxford University Press, 2001.

Artigo submetido à aprovação em 17/01/2002. Aceito para publicação em 15/02/2002.

